



SEMINÁRIO NEGRAS E NEGROS NO CEARÁ

ESCRITAS, ATIVISMOS E SOCIEDADE

6 A 8 DE
AGOSTO DE 2019
URCA

QUESTÕES DE GÊNERO, CLASSE, RAÇA E DIREITO: o ônus da maternidade em Quarto de despejo de Carolina Maria de Jesus

Livia Maria Nascimento Silva (Graduanda em Direito / URCA)¹

Cicera Nunes (Doutora em Educação / Departamento de Pedagogia da URCA)²
PIBIC/CNPQ

RESUMO: O presente trabalho tem o intuito de analisar a obra “Quarto de despejo – diário de uma favelada” de autoria de Carolina Maria de Jesus (2006), buscando relacioná-lo as problemáticas que giram em torno do ônus da maternidade, a partir de uma abordagem interseccional que englobe a realidade das mulheres negras, mães e pobres. Para tanto, a investigação parte de um estudo qualitativo de natureza bibliográfica, na qual se buscou estudar a obra traçando paralelo com temas relativos às particularidades das mulheres negras. Sendo assim, não se pretende com esta pesquisa discutir o exercício da maternagem como um problema a ser solucionado, mas sim compreender como esse papel socialmente atribuído unicamente as mulheres interferem na vida profissional destas quando sua situação é de vulnerabilidade, pois além do entendimento que o sistema estrutural da sociedade toma como base preceitos racistas, classistas e patriarcais, a falta de políticas públicas se apresenta como um obstáculo para o pleno exercício da cidadania dessas sujeitas, já que as privam de terem acesso a direitos fundamentais.

Palavras-chave: Mulheres negras. Maternidade. Direito. Carolina Maria de Jesus. Quarto de despejo.

INTRODUÇÃO

A obra “Quarto de despejo – diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus (2006) é reconhecida mundialmente pela denúncia, em forma de diário, de todas as contradições históricas que oprimem o povo pobre e preto do Brasil. Ao passo que a autora narra no texto relatos do seu cotidiano na favela, ela aborda questões de extrema importância e com alta criticidade, tais como política, economia, cultura, violência institucional, criminalização da pobreza, racismo e violência contra a mulher, entre outros temas complexos.

¹ E-mail: liviamarians1@gmail.com

² E-mail: cicera.nunes@urca.br

O que Carolina expôs na sua obra são problemas sociais atemporais, tendo em vista que as desigualdades de classe, raça e gênero permanecem enraizadas até o presente momento. Dessa forma, percebe-se o quanto a literatura é uma mulher à frente de seu tempo, tendo contribuído não apenas em discussões voltadas para a literatura nacional, mas também influenciado em estudos interdisciplinares na área da sociologia, políticas públicas, direitos humanos e história.

Nesse ínterim, apesar das diversas problemáticas que engloba a referida obra, o presente trabalho tem como objetivo central tratar de um tema específico também abordado no livro que não deixa de ser menos importante: a multidimensionalidade das mulheres negras no interior da família, sua solidão e o ônus da maternidade. A relevância temática dessas questões reside na impossibilidade de se pensar em um projeto de desenvolvimento nacional que desconsidere as desigualdades intersetoriais de gênero, raça e classe, que incidem diretamente nas relações de poder, tomadas de decisões, acesso a direitos fundamentais e cidadania.

Para tanto, o método empregado no estudo foi preponderantemente bibliográfico, que se funda em abranger as referências já publicadas sobre o tema e, para se alcançar a discussão pretendida, optou-se por realizar um estudo de natureza qualitativa, enfocando nos personagens da obra e relacionando-os com dados oficiais que reafirmam as narrativas. Tal procedimento consistiu em ler minuciosamente a obra objeto deste trabalho, fichando os principais trechos e analisando-os com profundidade para, posteriormente, ligá-los a discussão encontrada na pesquisa bibliográfica.

Insta salientar que o impulso para este artigo partiu das discussões realizadas no Grupo de Estudo e Pesquisas em Ensino, Gênero e Relações Étnico-Raciais (NEGRER), onde foi debatido durante o mês de maio de 2019 a trajetória de Carolina Maria de Jesus e suas obras. Além disso, as autoras deste trabalho também desenvolvem uma pesquisa sobre maternidade e trajetória acadêmica a partir de uma abordagem interseccional, incentivada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/URCA), de forma que tal investigação em volta do exercício da maternagem e dimensões intersetoriais contribuíram para as reflexões que se seguem.

ENTRE LITERATURA E REALIDADE: o retrato do ônus da maternidade em Carolina Maria de Jesus

As contradições sociais históricas oriundas da sobreposição das classes mais abastadas sobre as classes mais populares, bem como do homem sobre a mulher e dos brancos sobre o povo negro não se deve ser discutida separadamente. A base da sociedade reprodutora de opressões se sustenta no racismo e no patriarcado, portanto, não se deve hierarquizar opressões, mas faz-se necessário demarcar as intersecções das diferentes discriminações. Desta forma, a transformação da sociedade deve considerar a essencialidade do combate não das desigualdades sociais causadas pela renda, mas também da discriminação de raça e contra o gênero feminino (DAVIS, 2016).

Visando alterar essa situação de exclusão e disparidades, os projetos nacionais atuais que visam garantir o desenvolvimento econômico do país estão direcionados para a busca por efetivação dos direitos humanos da população. Nessa baila, encontra-se o plano de crescimento denominado “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, composto por uma declaração de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONUBR, 2015).

Tais metas contemplam o entendimento de que o combate à pobreza e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico de um país deve estar respondendo simultaneamente as problemáticas sociais, principalmente no que tange ao acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, assistência social, profissionalização e oportunidades de emprego, bem como a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Nesse ínterim, ressalta-se as metas da agenda que buscam efetivar os direitos humanos de todos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. É nesse meio que as questões voltadas para o ônus da maternidade, atrelada às circunstâncias de raça e classe social, estão inclusas no processo de desenvolvimento sustentável, não de forma expressa, mas implicitamente. Kimberlè Crenshaw (2002) ao tratar da interseccionalidade entende que:

A garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos baseados no gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres. Como as experiências específicas de mulheres de grupos étnicos ou raciais definidos são muitas vezes obscurecidas dentro de categorias mais amplas de raça e gênero, a extensão total da sua vulnerabilidade interseccional ainda permanece desconhecida e precisa, em última análise, ser construída a partir do zero (CRENSHAW, 2002, p. 174).

No âmbito desses temas, a discussão acerca do ônus da maternidade para as mulheres se apresenta, tanto no âmbito da divisão sexual do trabalho, tendo em vista que o exercício da maternagem é uma função social que foi construída historicamente para as mulheres serem responsáveis exclusivamente por seus filhos, quanto na discussão dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, considerando que nesse debate a questão da escolha sobre ser ou não ser mãe e em quais circunstâncias assumir essa função não é ainda uma opção livre e independente para estas sujeitas.

Nesse contexto, o ônus materno que se extrai na ótica do diálogo entre esses temas é sobre como a maternidade acaba por implicar na vida pessoal, educacional e profissional das mulheres, já que, como qualquer outro trabalho, o exercício da maternagem exige da pessoa responsável uma série de compromissos que vão além do cuidado e do afeto, como o próprio sustento econômico, preocupação com educação, saúde e vida digna.

Dessa forma, percebe-se que ao atribuir essa tarefa apenas as mulheres, esquecendo a importância e essencialidade da função paterna, as mães são sobrecarregadas, já que há muito tempo as mulheres além de terem quebrado os muros entre o espaço privado do lar para adentrar nos espaços públicos, continuam desenvolvendo os cuidados da casa e dos filhos além dos trabalhos remunerados que passaram a ocupar.

Contudo, nessa reflexão faz-se fundamental compreender que até o nível dessa sobrecarga se configura de forma diferenciada entre as mulheres, já que os fatores econômico e racial são determinantes para as circunstâncias de quando e como o exercício da maternagem irá ocorrer em suas vidas e até que ponto a maternidade pode vir a ser um obstáculo para o desempenho da mulher, seja na educação ou no trabalho.

Nesse sentido, Muniz e Venerozo (2019) ao investigar sobre os “Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil” aponta que, de fato, as mulheres de classe baixa, com filhos, sofrem mais na busca por emprego formal e remunerado. Por mais que todas as mulheres mães sintam a carga do exercício da maternidade, “as mães de classe alta não precisam, necessariamente, optar entre cuidar da família ou trabalhar fora de casa, já que a maior fluência de recursos lhes permite conciliar estas escolhas com maior conforto” (VENEROZO, 2019, p.22).

Ademais, no tocando a questão do arranjo familiar, segundo o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) “Retrato das desigualdades de gênero e raça” (2011), entre o período de 1995 a 2009 houve um aumento de 13 pontos percentuais na proporção de mulheres chefes de famílias nas cidades – passando de 24,8%, em 1995, para

37,8%, em 2009. A pesquisa destaca que no ano de 2009, 26,1% das mulheres chefes participavam de famílias formadas por casais, e 49,4%, de famílias monoparentais. O problema reside no fato de que há maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por mulheres brancas e por homens (IPEA, 2011).

Essa chefia familiar das mulheres, apesar de poder ser apontada como um fator que reflete a liberdade, independência e autonomia das mulheres, quando se entra na vida familiar e afetiva das mulheres negras, aponta-se que na maioria das vezes este é um reflexo da sua solidão, já que historicamente essas sujeitas foram preteridas em seus relacionamentos amorosos (MARTINS, 2016). Outrossim, tais dados também demonstram para a multidimensionalidade dessas mulheres dentro da família, posto que é a responsável exclusiva pelo cuidado, afeto e sustento de seus filhos, uma sobrecarga imensa oriunda deste trabalho compulsório que realiza sozinha em prol de toda família.

Introduzido tais aspectos, remeter-se-á a partir de agora a discussão em tela para o retrato da maternidade narrado por Carolina Maria de Jesus em sua obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2006). Essa obra apresenta um conjunto de discussões críticas pertinentes para reflexão em diversas áreas, como ciências sociais, política, economia, entre outros, posto que trata de temas atemporais relacionados ao desenvolvimento do processo civilizatório do país, as desigualdades sociais, o racismo, a violência institucional, entre tantas outras problemáticas.

A princípio, importa frisar que a referida autora foi uma mulher negra, pobre, moradora da periferia do centro do Rio de Janeiro, mãe solo de três filhos, semianalfabeta e catadora de lixo. Apesar das críticas literárias da época em que a obra foi lançada, quando quiseram diminuir sua escrita, Carolina é apontada hoje como um grande marco divisor de águas da literatura nacional, já que “não há registro de uma inscrição autoral negra e feminina articulando na palavra cotidiana a experiência do urbano” (TEIXEIRA, 2016, p.270).

O livro em tela se caracteriza como um diário pessoal da autora, no qual ela escreve sobre situações corriqueiras no cotidiano da sua vida e da favela em que mora. Para Teixeira (2016), a escritora apesar da pouca instrução se destaca como uma grande contribuinte no processo de dar vozes e visibilidade aos excluídos, bem como por construir consciência crítica na busca por emancipação política, econômica e cultural, se constituindo, portanto, como uma sujeita empoderada por não se subalternizar diante das limitações socioeconômicas que a envolvia.

Além disso, vale ressaltar que o contexto histórico e político em que a realidade foi retratada na obra remontam aos anos 50, quando o Brasil passava por um processo de desenvolvimento urbano e tecnológico, mas que ao mesmo tempo segregava ainda mais as condições sociodemográficas dos grandes centros, tendo em vista que esse aspecto de crescimento econômico nacional tinha como pressuposto a limpeza pública, levando os pobres das cidades para regiões periféricas, formando favelas e cortiços amontoados, sem estrutura, saneamento básico ou qualquer outro elemento que compusesse um mínimo do que entendemos hoje de moradia digna. Sobre isso Carolina relata:

Chegaram novas pessoas para a favela. Estão esfarrapadas, andar curvado e os olhos fitos no solo como se pensasse na sua desdita por residir num lugar sem atração. [...] O único perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga. [...] Cheguei na favela: eu não acho jeito de dizer cheguei em casa. Casa é casa. Barracão é barracão. O barraco tanto no interior como no exterior estava sujo. E aquela desordem aborreceu-me. Fitei o quintal, o lixo podre exalava mal cheiro. Só aos domingos que eu tenho tempo de limpar (JESUS, 2006, p. 42).

Pela sua percepção, ao passo que observa, sente e relata o ambiente em que vive, é possível compreender as dimensões das mazelas da população pobre, preta e favelada do Brasil. Nesse sentido, Teixeira (2016) entende os escritos de Carolina como "uma literatura documental de contestação, tal como foi conhecida e nomeada pelo jornalismo de denúncia dos anos 1950-60, é hoje a literatura das vozes subalternas que se enunciam, a partir dos anos 1970, pelos testemunhos narrativos femininos" (p.274).

No que cerne as questões atinentes às condições das mulheres inseridas nesse contexto, em diversas passagens da obra a escritora relata as diferentes formas de opressões as quais sofriam, tais como: assédio moral e sexual, estupro infantil, aborto, envolvimento com álcool, violência doméstica e familiar, sendo esta diariamente relatada em forma de brigas entre casais, amantes e vizinhos (JESUS, 2006).

No que tange ao ônus da maternidade, objeto principal deste trabalho, foi notado que a problemática se destaca durante toda a obra, tanto pela própria condição da autora, por ser mãe solo de três crianças, quanto das personagens secundárias. Nessa circunstância, Carolina diariamente relata sua sobrecarga e angústia ao ter que procurar papéis ou latas e trocar por dinheiro, pelo menos para receber o suficiente para alimentar seus filhos.

[...] Estendi as roupas no varal rapidamente e fui catar papel. Que suplico catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera

Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso da Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me. Depois domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo. **Refleti: preciso ser tolerante com meus filhos. Eles não tem ninguém a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar.** (JESUS, 2006, p.19, grifo nosso)

Essa reflexão de Maria Carolina de Jesus não está relacionada apenas a falta de um homem no lar, até porque em outras passagens ela afirma que prefere estar sozinha a vivenciar as violências domésticas e familiares que as vizinhas da favela em que mora são vítimas. Na verdade, a autora reclama da sobrecarga que as mulheres mães solas possuem por exercer a maternagem, cuja função vai desde os cuidados básicos com a criança – educação, saúde e afeto -, até a questão de ter que trabalhar ao máximo para sustentar a família, que no seu caso é um labor autônomo, informal, precário e mal remunerado, posto que é catadora de resíduos.

Além disso, Carolina ao relatar sobre seus relacionamentos com os pais de seus filhos sempre expressa tom de arrependimento, como na passagem: “Tem hora que eu revolto comigo por ter iludido com os homens e arranjado estes filhos” (JESUS, 2006, p. 78). Destaca-se que esse sentimento não é apenas pela maternidade em si, mas pelo seu contexto de solidão, pobreza e sobrecarga de trabalho.

Um aspecto importante sobre o relacionamento de Maria Carolina com o pai da sua filha mais nova se refere ao fato dele ser um homem rico, mas que somente passou a pagar pensão a ela após ser processado judicialmente. Contudo, apesar desse auxílio financeiro, que por vezes a autora reclama ser insuficiente, tendo em vista sua capacidade econômica, o homem não exerce a paternidade. Nesse sentido, a autora relata na obra o diálogo entre mulheres sobre esse problema enquanto enfrenta junto a outras mães a fila do juizado para receber as mensalidades dos pais processados “As mulheres falavam de seus esposos. É lá que os homens tomam nomes de animaes” (p.159).

Vera Eunice, a sua filha mais nova, mesmo possuindo menos de três anos de idade percebe esse abandono sócio-afetivo e financeiro de seu pai, segundo ela ao saber que ele não depositara sua pensão: “Mamãe, meu pai não presta!” (p.146). Mas talvez por sua infantilidade e carência paterna, em outras passagens ela fica extremamente feliz pelas raras vezes que ele lhe faz visitas: “—É o papai – ela sorria para ele” (p.156). Ao passo que Maria Carolina desabafa “Eu é que não fiquei contente com a tal visita [...] Tem hora que eu tenho desgosto de ser mulher. Dei graças a Deus quando ele despediu-se” (idem).

Quando se discute maternidade, vale-se lembrar das discussões sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, os quais veem sendo há muito tempo pautado pelo movimento feminista, cujo levanta a liberdade e autonomia de seus corpos e escolhas. Algumas das bandeiras levantadas nessa pauta feminina é o controle de natalidade, o qual envolve a vontade particular da mulher; educação sexual; distribuição de métodos contraceptivos seguros; como também o aborto, quando necessário. Esses pontos são essenciais quando se busca emancipação das mulheres (DAVIS, 2016).

Nesse contexto, na obra “Quarto de despejo” (2006) a escritora chega a relatar algumas práticas de aborto entre algumas mulheres da favela. Nessa linha discursiva, Angela Davis (2016) ainda destaca as diferenças determinantes entre as motivações femininas para defender as pautas de liberdade e autonomia dos corpos femininos, já que "Quando números tão grandes de mulheres negras e latinas recorrem a abortos, as histórias que relatam não são tanto sobre o desejo de ficar livres da gravidez, mas sobre as condições sociais miseráveis que as levam a desistir de trazer novas vidas ao mundo" (p.207).

Outro retrato ainda mais cruel narrado na obra é a fuga da miséria por intermédio do suicídio. Sobre essa prática, Davis (2016) ao retomar a época da escravidão relembra de um caso em que "uma escrava fugitiva que matou a própria filha e tentou suicídio quando foi encontrada por captores de escravos". A mulher se comprazia porque sua filha morta não sofreria como escrava e implorava para ser julgada por homicídio porque preferia a pena de morte em vez de voltar para a escravidão (p.208).

Sobre isso, Carolina não só relata o caso de um terceiro que se recorreu as vias de fato, mas também chega a pensar no mesmo ato várias vezes, quando não consegue arranjar comida para si e seus filhos: “Encontrei com a dona Nenê, a diretora da escola do meu filho João José. Disse-lhe que ando muito nervosa e que tem hora que eu penso em suicidar. Ela disse-me para eu acalmar. Eu disse-lhe que tem dia que eu não tenho nada para os meus filhos comer” (JESUS, 2006, p.92).

16 DE JUNHO... Hoje não tenho nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer. Fiquei nervosa, pensando: será que Deus esqueceu-me? Será que ele ficou de mal comigo? (JESUS, 2006, p.153).

A realidade narrada por Carolina Maria de Jesus demonstra o descaso do Estado com a população pobre do Brasil. Em virtude desses aspectos, considerando que Carolina de Jesus não fez escrituras a toa, mas cumpriu um papel social de denunciante das mazelas que sofria,

as quais perpassam a pessoa dela e o seu tempo. Assim, percebe-se que ao se tratar de maternidade numa abordagem interseccional significa, antes de tudo, garantir direitos e garantias fundamentais a todos de forma plena e eficaz, só assim se poderá se falar em liberdade e autonomia das mulheres, tanto dos corpos e vidas das mulheres, quanto da própria maternagem e infância nos segmentos sociais mais espoliados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se discute a busca por uma nação desenvolvida não se pode desconsiderar que uma grande parcela da sociedade ainda não tem acesso a seus direitos fundamentais, nem mesmo exerce de forma plena sua cidadania. Por isso, faz-se necessário sempre compreender as problemáticas em torno da intersecção de gênero, classe e raça para que se possa pensar em políticas públicas focalizadas e eficazes para a população, posto que tudo está relacionado e determina o alcance de direitos.

Nesse contexto, apesar de Carolina Maria de Jesus ter escrito a obra “Quarto de despejo – diário de uma favelada” nos 50-60, muitas das reflexões críticas em torno da sociedade ainda são presentes, já que ela retrata nos escritos o quanto os obstáculos que o racismo, o patriarcado e o descaso social os impediu de acender enquanto escritora.

Dentro desta discussão se destaca a forma que o ônus da maternidade, quando ligada a fatores de vulnerabilidade socioeconômica, é um obstáculo relevante ao se analisar as possibilidades de emancipação e empoderamento da mulher. Nesse sentido, quando os dados oficiais apresentam que as famílias chefiadas por mulheres negras são mais vulneráveis, chama-se a atenção para um olhar diferenciado no processo de alcance de direitos dessas mulheres.

Por fim, aufere-se com este estudo em torno da obra e vida de Carolina Maria de Jesus, que as pautas dos direitos sociais, sexuais e reprodutivos das mulheres, principalmente das negras e pobres, devem ser considerados quando o Estado elaborar planos e implementar programas de desenvolvimento econômico e social.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Estudos Avançados 17 (49), 2003. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Acesso em: 29 de mai. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de Especialistas em aspectos da Discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. 2002

DAVIS, Angela. **Mulhere, raça e classe**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.

MARTINS, Keila Karina Sousa. **Retrato da solidão da mulher negra em Quarto de despejo de Carolina Maria de Jesus**. Brasília, 2016.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira; VENEROSO, Carmelita Zilah. **Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil**. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0011-52582019000100300&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 29 de mai. 2019.

ONUBR, Nações Unidas no Brasil. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

TEIXEIRA, Níncia Borges. A escrita empoderada de Carolina Maria de Jesus: a voz da resistência no cenário de impossibilidades. **Scripta Uniandrade**, v.14, n.2, p.270-290, 2016.